

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-527-3

DOI 10.22533/at.ed.273200311

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura.. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 04 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO E POLÍTICA: UMA REVISÃO SOBRE PEDAGOGIA DEMOCRÁTICA

Wesley Pinto Hoffmann
Raquel Aparecida Loss
Claudineia Aparecida Queli Geraldi
Sumaya Ferreira Guedes
Juliana Maria de Paula

DOI 10.22533/at.ed.2732003111

CAPÍTULO 2..... 10

ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Isabela Einik
Márcia Adriana Dias Kraemer
Pamela Tais Clein Capelin

DOI 10.22533/at.ed.2732003112

CAPÍTULO 3..... 28

O GESTOR ESCOLAR E A EJA COMO DIREITO: IMPASSES COMO DESAFIOS DA FORMAÇÃO

Maria Angélica de Souza Felinto
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.2732003113

CAPÍTULO 4..... 42

O “HTPC VIRTUAL” COMO REDE COLABORATIVA DE APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE - TRANSPONDO DESAFIOS E CONSTRUINDO APRENDIZAGENS

Lucia Helena Carvalho Gonzalez
Jaqueline Cabral Alves Dornelas
Solange Cabral Alves
Raquel Caparroz Cicconi Ramos
Karen Keller
Ivan de Carvalho
Elisabeth dos Santos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.2732003114

CAPÍTULO 5..... 59

“A UNIVERSIDADE SOMOS NÓS”: A GESTÃO DE DELZA GITAÍ, PRIMEIRA REITORA DA UFAL, 1987-1991

Giovanni Torres Apratto Lopes

DOI 10.22533/at.ed.2732003115

CAPÍTULO 6..... 64

PROJETO SOCIAL VIVAVÔLEI MARCELLE/UFLA – 2019: ATUANDO NO

DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DAS CRIANÇAS DA COMUNIDADE DE LAVRAS/MG

Joice Benedita Silva
Amanda Siqueira de Castro
Camila Mariana de Lima
Gustavo Belarmino da Costa
Vinícius Manoel Cândido Neves
Marcelo de Castro Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.2732003116

CAPÍTULO 7..... 73

HABITUS PROFESSORAL E ALTERIDADE NA TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA

Gustavo Henrique Gonçalves Maria

DOI 10.22533/at.ed.2732003117

CAPÍTULO 8..... 83

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Antônio Carlos Pereira dos Santos Junior
Maria Aparecida da Silva
Maria do Horto Salles Tiellet

DOI 10.22533/at.ed.2732003118

CAPÍTULO 9..... 98

EDUCANDO PARA SAÚDE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ATRAVÉS DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

Andréia Farias de Jesus
Cassio Murilo Lima do Carmo
Tatiane dos Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.2732003119

CAPÍTULO 10..... 102

APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO, OU COMPETÊNCIAS? CURRÍCULOS OFICIAIS EM ANÁLISE (2010 E 2017)

Natália Rubert Wolff Camy
Fabiany de Cássia Tavares Silva

DOI 10.22533/at.ed.27320031110

CAPÍTULO 11..... 114

INICIAÇÃO CIENTÍFICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Shirley de Lima Ferreira Arantes
Diego Alves Simão
Petúnia Caroline de Sousa
Bruno Otávio Arantes

DOI 10.22533/at.ed.27320031111

CAPÍTULO 12.....	126
COMO O CÉREBRO APRENDE?	
Beatriz Cassol	
Cristiane Beatriz Dahmer Couto	
Viktória Eduarda Canas de Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031112	
CAPÍTULO 13.....	131
PERTINÊNCIAS DE UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E CLÍNICA PSICANALÍTICA: UMA EXPERIÊNCIA	
Sílvio Memento Machado	
DOI 10.22533/at.ed.27320031113	
CAPÍTULO 14.....	142
CURSOS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO INOVADOR	
Ana Augusta da Silva Campos	
Maria Fabiana Braz Laurentino	
Jacinta de Fátima Martins Malala	
José Orlando Costa Nunes	
Vagner Miranda de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.27320031114	
CAPÍTULO 15.....	148
NO CAMINO DOS GRADUADOS	
Vivian Aurelia Minnaard	
Guillermina Riba	
Mercedes Zocchi	
DOI 10.22533/at.ed.27320031115	
CAPÍTULO 16.....	155
CRECHE E PRODUÇÕES DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS	
Aida Brandão Leal	
Bruna Ceruti Quintanilha	
DOI 10.22533/at.ed.27320031116	
CAPÍTULO 17.....	171
POR UMA EDUCAÇÃO CRIATIVA: A ESCOLA COMO AMBIENTE FAVORÁVEL À CRIATIVIDADE	
Ulisses Pereira de Carvalho	
Ciro Inácio Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.27320031117	
CAPÍTULO 18.....	181
“A RAINHA DESTRONADA: MÃE PARALÍTICA NO TEATRO DAS URNAS”	
Alisson Santos Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.27320031118	

CAPÍTULO 19.....	194
JOVENS “BALADEIROS” E “ESTUDIOSOS”: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE HÁBITOS CULTURAIS E TRAJETÓRIA ESCOLAR	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
Marcio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.27320031119	
CAPÍTULO 20.....	209
FORMAÇÃO DOCENTE – REPENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Crisitiane de Almeida Santos	
DOI 10.22533/at.ed.27320031120	
CAPÍTULO 21.....	226
ESCREVER, PARA QUÊ?	
Francisca Edvania Tavares	
Francisca Moreira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.27320031121	
CAPÍTULO 22.....	233
REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM 2017: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA	
Verônica Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031122	
CAPÍTULO 23.....	246
O TESTE CLOZE COMO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO EM COMPREENSÃO LEITORA NO NÍVEL MICROTTEXTUAL	
Vanessa de Oliveira Silva Ferraz Cabral	
Maria Inez Matoso Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031123	
CAPÍTULO 24.....	258
A POESIA NA SALA DE AULA: POESIA E LIRISMO EM VERA ROMARIZ	
Camila Maria Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.27320031124	
CAPÍTULO 25.....	265
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR SOBRE O CONCEITO <i>STORYTELLING</i> COMO PARTE DE PESQUISA EM IMPROVISACÃO MUSICAL	
Rafael Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.27320031125	
CAPÍTULO 26.....	276
PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO MUSICAL	
Tiago Vidal Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.27320031126	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	287
ÍNDICE REMISSIVO.....	288

CAPÍTULO 3

O GESTOR ESCOLAR E A EJA COMO DIREITO: IMPASSES COMO DESAFIOS DA FORMAÇÃO

Data de aceite: 03/11/2020

Maria Angélica de Souza Felinto

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Antonio Amorim

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a formação de gestores em EJA evidenciando alguns impasses históricos que se constituem desafios para a gestão escolar e as perspectivas que influenciam a atuação do gestor. Deste modo, destacamos a relevância das disposições legais que orientam a educação brasileira no tocante a EJA, na perspectiva do direito público subjetivo, assim como a formação continuada dos gestores escolares e o fortalecimento da gestão democrática, como premissas para estabelecer o diálogo com os gestores. A pesquisa foi desenvolvida a partir da entrevista semiestruturada, estratégia metodológica que orientou o diálogo individual preliminar e contribuiu para o diálogo coletivo por meio do Círculo de Diálogo em escolas de Salvador e Região Metropolitana. As contribuições de Amorim (2012), Domingues (2014), Gajardo (1986), Lück, Freitas, Girling e Keith (2012), Dallapiane (2006), Cury (2006 e 2008), Arroyo (2005, 2016), Lima (2007), Gadotti (2009), Lück (2012 e 2014), Paro (2015), Gadotti e Romão (2012) fundamentaram a reflexão e favoreceram a análise dos resultados que evidenciaram a necessidade de refletir a EJA em diferentes dimensões através da formação continuada,

a partir das respostas dos gestores sobre: ausência de vontade política como um indicador que dificulta a efetivação das políticas públicas na EJA; carência de formação; inexistência de proposta de EJA consolidada no município, o que faz com que gestores, funcionários e professores, não compreendam a EJA na perspectiva do direito; ausência de compromisso por parte dos estudantes mais jovens, o que para os gestores, necessita de ações mais efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Formação de Gestores; Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo refletir sobre a formação de gestores em EJA, evidenciando alguns impasses históricos que se constituem desafios para a gestão escolar e as perspectivas que influenciam a atuação do gestor, este trabalho se propõe a apresentar um recorte dos resultados da pesquisa realizada em cinco municípios da Bahia, Salvador, Camaçari, Pojuca, Catu e Mata de São João, com gestores escolares que atuam em escolas públicas municipais que ofertam a modalidade EJA. Na busca por encontrar as respostas à questão problema: Quais os principais desafios que os gestores escolares da EJA enfrentam no dia a dia das escolas?, buscamos identificar os principais desafios para a gestão escolar nas escolas públicas da Região Metropolitana de Salvador, a partir do diálogo com os gestores e observação

das metas concernentes a EJA, nos documentos oficiais.

Assim, destacamos a relevância das disposições legais que orientam a educação brasileira no tocante a EJA, na perspectiva do direito público subjetivo, como fundamentação teórica fundamental para a compreensão da realidade em que esta modalidade se encontra e que aponta a formação continuada dos gestores escolares como fundante para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas. Este caminhar, se constituiu premissa para estabelecer o diálogo com os autores que trouxeram importantes contribuições à pesquisa e com os gestores escolares, através do relato das suas próprias vivências nas escolas de atuação.

METODOLOGIA

Desenvolvemos a Pesquisa Participante, inspirados em Gajardo (1986), onde a produção do conhecimento para a obtenção das respostas produzidas no campo de pesquisa, contou com o diálogo entrelaçando as negociações culturais através da entrevista semiestruturada, a partir dos estudos de Minayo (2014), a que chamamos de diálogo individual. o Círculo de Diálogo coletivo, com inspiração freireana no Círculo de Cultura (Romão e Rodrigues, 2011) alinhados à observação da ação gestora na EJA, que foram detalhadas e trianguladas para melhor compreensão do objeto estudado. As interações no campo de pesquisa contribuíram por fazer emergir temas geradores que foram preponderantes para o diálogo coletivo, com o viés formativo, através da participação dos gestores em Círculo de Diálogo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e os desafios que são impostos aos sujeitos que atuam na modalidade, a formação dos gestores escolares apresenta-se como ação fundamental, na medida em que poderá proporcionar um aprofundamento teórico e a ampliação dos saberes construídos pelos gestores na vivência na escola. Um espaço tão cheio de significação, quanto o escolar, inevitavelmente, traz para os profissionais que assumem a gestão, insegurança, emoções diversas, inquietações diante das muitas dificuldades e, na maioria das vezes, isolamento e solidão perante a trama educacional.

Domingues (2014), ao refletir os desafios impostos aos profissionais que atuam na escola, evidencia que as mudanças educativas, políticas e sociais, o desenvolvimento tecnológico e as reformas educativas impõem ao trabalho pedagógico uma dinâmica particularizada a cada tempo, espaço, currículo e comunidade atendida. Essa dinâmica vai exigir adequações da escola e de seus profissionais, de modo que cada um em sua específica atuação, precisa estar sensível

a essa dinâmica que apresenta desafios e aponta necessidades de atualização por parte dos profissionais para não transformar a sua atividade na escola em uma ação técnica e burocrática, que não agrega novas aprendizagens.

Mesmo o profissional possuindo a formação inicial, como a exigida na legislação educacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, e sendo essa formação acontecendo em cursos de graduação em Pedagogia ou em pós-graduação, conforme determina a lei, não se pode assegurar que apenas a formação inicial do profissional, ofereça a base de sustentação para o exercício da função na gestão escolar. As incertezas e o desconforto inicial que é experimentado pelos profissionais minimamente comprometidos, ao assumir a função de gestores escolares na educação, muitas vezes são inevitáveis. Desta forma, é possível constatar, que a formação inicial do Pedagogo não o habilita para o exercício da função de gestor, sobretudo, se forem consideradas não somente as especificidades que há na atividade pedagógica e que se situa na efetiva ação dos que assumem as atividades de apoio direto à docência, como o diretor escolar, o vice diretor, o coordenador pedagógico, o supervisor pedagógico e o orientador escolar, mas também as responsabilidades que se expressam em cada uma destas funções.

Para Lück (2014), os profissionais que assumem cargos cujas funções principais tenham como componente principal a liderança, devem, necessariamente, dedicar-se ao estudo, à observação e a reflexão sobre essa liderança, para que possam exercê-la de forma competente. A liderança enfatizada pela autora, leva em consideração a dinâmica das organizações sociais e o relacionamento interpessoal e intergrupar no seu contexto. É uma liderança capaz de levar o gestor a superar ambiguidades, contradições, tensões, dilemas, a partir de atitudes proativas.

Lück, Freitas, Girling e Keith (2012) chamam de liderança dos gestores escolares, a dedicação, a visão, os valores, o entusiasmo, a competência e a integridade expressos, que inspira outros a trabalharem conjuntamente para atingirem objetivos e metas coletivos. Nesta direção, a liderança dos gestores escolares é tida como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas.

A liderança reflexiva e crítica, para Lima (2007), não aparece naturalmente nas pessoas: ela é uma habilidade apreendida, desenvolvida e exercitada no dia a dia. Neste sentido, apresenta características que devem ser encontradas no perfil do agente transformador que caminhe numa perspectiva dialógica: a busca de embasamento e o compromisso político pedagógico. Nesta perspectiva de liderança pelos gestores escolares, enquanto agentes transformadores, é fundamental que tenham clareza do seu papel e de fato contribuam para enfrentar as situações que impregnam de contradições o contexto escolar.

Para Lima (2007, p. 34):

O diretor de escola como agente transformador pode criar e permitir a abertura de novos espaços para a transformação do cotidiano escolar, revelando incoerências e inconsistências de uma política educacional que reproduz um discurso de valorização da pessoa humana, mas que, na verdade, adota, na prática, medidas que contribuem apenas para mais exclusão e que se distanciam do ideal de humanização.

As reflexões nos levam a perceber a complexa tarefa dos gestores escolares, que passa pela necessidade de contribuir para a formação dos outros sujeitos escolares. Assim, é fundamental que os gestores compreendam que para além do conhecimento das especificidades de cada função, há a necessidade imprescindível de que tenham clareza do papel a desempenhar na gestão escolar, da responsabilidade social deste papel enquanto membro de uma equipe que deve primar pela unidade no desenvolvimento da ação educativa, respeitando-se a diversidade que há no contexto escolar.

Em se tratando da atuação na gestão escolar da EJA, é preciso uma compreensão do que vem a ser a Educação Básica e suas distintas etapas e modalidades, sem perder de vista que além do conhecimento sobre as especificidades das etapas, é imperioso assumir o desafio de contribuir para a universalização, com prioridade, das modalidades da Educação Básica, assumindo o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa por meio da educação.

Paro (2015) alerta para o fato de que a chamada formação continuada dos gestores não se deve bastar em palestras ou cursos oferecidos aos diretores, fora do seu contexto e sua prática escolar cotidiana, como costuma ser feito hoje em dia. Esta é uma prática que não aproxima os gestores da compreensão e resolução dos problemas enfrentados no dia a dia da escola, uma vez que não se problematiza os desafios enfrentados pela gestão em seu contexto de atuação.

Mais uma vez, observa-se que as especificidades das tarefas desenvolvidas na escola pelos profissionais, apontam para a exigência de requisitos mínimos de formação que devem ser ampliados e fortalecidos. Uma formação que não despreze o conhecimento acumulado a partir das práticas desenvolvidas por meio das relações de trabalho, no enfrentamento dos desafios educacionais e que propicie a compreensão dos fins da educação como preponderantes para as transformações na sociedade.

Nessa direção, em se tratando do profissional que atua na gestão escolar, na modalidade EJA, significa dizer que o respeito às experiências vivenciadas por eles no trato às demandas educacionais da EJA - seus desafios mais emergenciais e históricos - as dúvidas e inquietações deverão se transformar em subsídios para alicerçar a formação continuada no ambiente escolar, de modo que propicie o reconhecimento da modalidade como direito humano e subjetivo, que deve ser assegurado, planejado e articulado como política pública, entendendo-o como um

dever do Estado. Entendemos, desta forma, que a formação continuada dos gestores escolares é preponderante para atuação do gestor, no sentido do reconhecimento e compreensão da EJA como direito.

Para Arroyo (2005) a EJA continua sendo vista como urna política de continuidade na escolarização e só será reconfigurada se esse olhar for revisto, se o direito a educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens e adultos, forem vistos para além dessas carências. São as histórias de vida, os projetos de futuro, as expectativas com relação à vida em sociedade, as lutas como sujeitos sociais e coletivos em suas especificidades de classe, etnia, gênero e lugar, que precisam ser os elementos norteadores das políticas de oferta da EJA nas escolas. Entretanto, é preciso, por parte dos gestores escolares, fortalecer o olhar crítico, a postura reflexiva e mobilizadora para a compreensão da EJA nestes novos tempos. É preciso ir além dos dispositivos legais, uma vez que estes deixam lacunas ao não priorizarem as lutas e as resistências dos jovens e adultos, até mesmos dos adolescentes que são inseridos na EJA, às diversas formas de exclusão social ao qual são submetidos em suas histórias de vida, especialmente na própria escola.

As reflexões de Dallepiane (2006, p.64) apontam nesta direção quando nos diz que:

Os alunos/educandos jovens e adultos, em sua maioria desempregados, trabalhadores que tiveram pouco ou nenhum tempo de permanência na escola, carregam marcas profundas dessa história de não-acesso ou de frustrações numa escolarização interrompida. Ouvindo esses sujeitos, também se constata que falam em suas experiências de um lugar de exclusão, encontram-se numa condição de abandono social em função da não-escolarização, e que têm fortemente enraizado o modelo de escola que os exclui, a escola regular tradicional.

A segregação destes estudantes, em tempos e espaços que não respeitam as suas especificidades, terminam por reforçar as práticas de exclusão que no processo de escolarização estes foram submetidos, adaptados e conformados. Os mesmos processos e práticas metodológicas que continuam sendo reproduzidas nas turmas de EJA e que em outros tempos os afastaram da escola. Processos e práticas excludentes que se refletem através do desenvolvimento de metodologias que são utilizadas no trabalho com crianças, que infantilizam o processo e desprezam os saberes construídos na vida em comunidade e no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, por parte destes estudantes.

Ao refletir essa problemática, Arroyo (2016) afirma que a EJA não seria um tempo de recuperar percursos não feitos, mas seria o tempo-espço de chegada de pessoas jovens e adultas e até adolescentes carregando experiências sociais, econômicas, espaciais de segregação e de resistências. Aprofundar e compreender

a EJA, nesta perspectiva, por parte dos professores e gestores escolares, seria uma oportunidade de repensar e reinventar a EJA, buscando trilhar caminhos na escola que visem superar as visões individualizadas e distorcidas historicamente, capazes de fortalecer os preconceitos acerca do que vem a ser a EJA.

A EJA como direito, segundo o documento Base Nacional da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade-SECADI (2008), significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão. O documento afirma a EJA como direito e afirma que para isto, significa criar, oferecer condições para que esse direito seja, de fato, exercido.

No Brasil, somente em 1988 com a Constituição Federal o direito a educação voltou a cena, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” (grifo do autor) e chance outorgadas à população (SECADI, 2008, p. 01). Entretanto, a garantia do direito a EJA, ainda é objeto de luta por parte dos coletivos comunitários e Fóruns de EJA espalhados pelo Brasil, que defendem o direito inquestionável e que precisa estar disponível a todos, não mais como oportunidade ou chance.

Cury (2006), ao refletir o direito à EJA, afirma que esta não é um presente, não é um favor, tal como antes a própria legislação ou a prática das políticas educacionais a viam. Para Cury, este direito está garantido tanto pelo respeito à dignidade de cada um quanto por um documento legal: a Constituição Brasileira. Assim, a EJA, como um direito precisa assegurar o acesso dos estudantes à educação, a reconstrução dos saberes e construção de novos conhecimentos que contribuam para a humanização e emancipação.

O direito à educação, para Cury (2008), precisa ser garantido e, para isto, a primeira condição é que ele esteja garantido no coração das nossas escolas, cercado de todas as condições. As assertivas propostas refletem que o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito das suas atribuições, uma vez que, do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhe pertence.

Na perspectiva do cumprimento do dever, pelo Estado, Cury (apud Cury 2002) ainda evidencia que as obrigações devem ser respeitadas, tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivá-las, como os poderes constituídos, quanto pela colaboração vinda da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. A união de forças na tarefa de promover a EJA, é relevante de modo que haja a intersetorialidade, com o objetivo de congregiar novas parcerias que envolvam no processo educativo dos estudantes, além das esferas do governo, como os segmentos da sociedade civil nas esferas do trabalho, saúde, segurança pública e outros, de modo que a EJA se torne prioridade das políticas públicas.

Para contribuir com a compreensão em torno do direito à EJA, Arroyo (2005) afirma, que a EJA somente será outra do que foi e ainda é, se for assumida como política pública, se for equacionada no campo dos direitos e deveres públicos. Desta forma, aponta que durante décadas a EJA não foi reconhecida nem pela sociedade e nem pelo Estado como um direito e um dever, como uma responsabilidade pública, isso se refletiu na ausência dos governos na assunção das suas responsabilidades, o que levou diversos agentes a assumirem a responsabilidade com a EJA.

Em concordância com Cury (2008), os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de serem escolarizados na idade tida como própria, podem e devem ser sujeitos de um modelo pedagógico próprio e apoiado com recursos que os façam recomeçar sua escolaridade sem a sombra de um novo fracasso. Esta complexidade em torno da EJA como desafio que se põe para os gestores escolares, as tensões vivenciadas no cotidiano escolar, as ambiguidades e as contradições, vão apontar caminhos em direção a formação dos gestores como sendo de fundamental importância para o fortalecimento do caminhar do gestor na tarefa de desenvolver a prática na gestão de forma democrática, criativa, e capaz de aglutinar pessoas na tarefa de fazer a escola cumprir o seu papel pedagógico e social, com respeito à diversidade

RESULTADOS

Na esteira das reflexões realizadas e diante da questão problema que orientou esse estudo: quais os principais desafios enfrentados pelos gestores escolares na Educação de Jovens e Adultos? As respostas mais demarcadas e que surgiram do coletivo dos gestores investigados, apontaram para uma realidade vivenciada na maioria das escolas, nos municípios participantes da pesquisa:

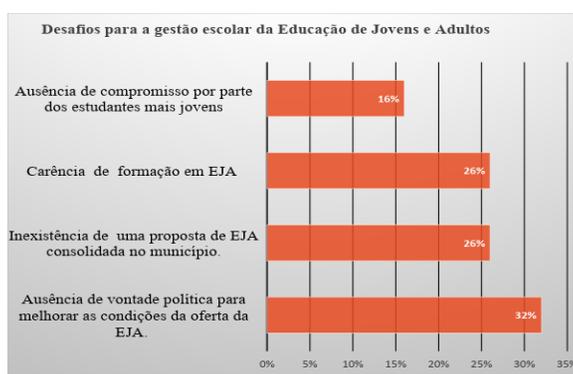


Gráfico 1: Desafios enfrentados pelos gestores escolares na Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Autoria da pesquisadora, em 2017

As respostas dos gestores apontaram para uma realidade vivenciada nas escolas, que na opinião de cada um, interfere na gestão da EJA. Dos 19 gestores entrevistados, o correspondente a 32% deles, apresentou a ausência de vontade política como um indicador marcante para a não efetivação das políticas públicas na EJA. Outros 26% dos gestores evidenciaram a carência de formação como sendo um desafio que traz dificuldades para o dia a dia das escolas, dentre as políticas públicas não consolidadas no campo da EJA. Para estes, as lacunas na formação dos sujeitos, passam a ser um grave indicador que revela a não valorização dos profissionais em suas necessidades mais específicas. Os profissionais implicados em promover um trabalho contextualizado, com objetivos claros, pautados na transformação das práticas que contribuem para a exclusão dos estudantes ou para a negação da EJA, enquanto direito social, público e subjetivo, sem uma formação que contemple as suas reais necessidades, apresentam dificuldades para efetivar, na prática, as ações planejadas no projeto pedagógico da escola em direção a EJA.

O diálogo sobre os desafios, também revelou um percentual de 26% dos gestores que apontam a inexistência de uma proposta de EJA, consolidada no município, como um fator desafiador tanto para os gestores escolares, quanto para os docentes que atuam nas salas de aula e outros profissionais que fazem parte do contexto escolar, que não compreendem a EJA na perspectiva do direito e, com isso, não empreendem esforços na superação das dificuldades e necessidades apresentadas pelos estudantes. Com relação aos estudantes da EJA, há um percentual de 16% dos gestores que consideram que a ausência de compromisso por parte dos estudantes mais jovens é um desafio que necessita de ações efetivas no sentido da sensibilização dos mesmos, de modo que passem a valorizar a EJA.

Observamos que ainda é muito evidente nas escolas uma preocupação excessiva com um processo baseado numa segunda chance para o estudante da EJA, como sendo este um favor, não um direito a ser assegurado pelo poder público. Isso se reflete na ausência de condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho na EJA e na acomodação por parte de alguns sujeitos para reverter às dificuldades, de modo a tornar a experiência do estudante atrativa, contribuindo para que ele permaneça na escola. Reconhecer o direito à educação dos estudantes da EJA e atuar para garantir o direito, exige de todos na escola uma postura proativa na construção de um planejamento que privilegie a interação entre os estudantes e professores, que favoreça a troca de saberes, o diálogo emancipador, a construção de projetos estruturados em direção a uma mudança do paradigma excludente do favor político, que já exclui o estudante mesmo quando há a oferta de vagas.

Os gestores escolares ao evidenciarem a ausência de vontade política como um desafio imposto a gestão da EJA, se referiram, principalmente, a problemas referentes à baixa qualidade da merenda escolar; a ausência de transporte para o

estudante que reside numa localidade distante da escola; ausência de fardamento para a EJA, uma vez que estes consideram o fardamento não uma condição *sine qua non*, mas uma forma de identificar o estudante como sendo parte da rede municipal de ensino; se reportaram à falta de compromisso de profissionais que não se identificam com o trabalho na EJA, mas que por situações de ajuste de carga horária, atuam no turno noturno, mesmo sem demonstrar compromisso com trabalho a ser realizado. O gestor escolar, muitas vezes, mesmo sem poder assegurar padrões mínimos de qualidade para a consolidação dos projetos e ações planejadas, carrega o peso da responsabilidade de fazer acontecer a EJA, frequentemente sem estabelecer um diálogo transparente com os demais sujeitos sobre as reais dificuldades que deveriam ser superadas no coletivo.

A não compreensão do direito ou a negação do direito, pelo poder público, e até mesmo dos órgãos da educação a nível municipal, não acontece de forma explícita. Se revela nos próprios relatos dos gestores, quando apontam dificuldades que não são superadas, na maioria das vezes, por falta de apoio ou entendimento do direito legítimo dos estudantes, o que revela uma direção contrária ao que estabelecem as leis que regulamentam a educação no país e que estabelecem o direito para todos.

Para ampliar essa reflexão necessária com os gestores, uma vez que o diálogo individual em forma de entrevista apontou caminhos para a reflexão-ação, apresentamos às considerações feitas por Cury (2008), uma vez que entendemos que a primeira condição para que o direito se efetive, é que ele seja garantido no coração das nossas escolas e cercado de todas as condições, a partir da colaboração vinda da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. Assim, diante do desafio da ausência de vontade política, enfatizada pelos gestores escolares, fortalecemos o aprofundamento sobre este tema no I Círculo de Diálogo, que foi organizado a partir discussões levantadas no diálogo individual. A leitura e interpretação coletiva dos artigos constitucionais, acerca do papel das gestões em âmbito nacional, municipal e estadual, foi realizada fazendo um contraponto com a forma como repercutem nas escolas, através da implementação das políticas públicas direcionadas a EJA, sem perder de vista o compromisso com o cumprimento do dever do Estado com a educação.

Refletimos coletivamente que este compromisso republicano (CF, 1988), de conduzir as ações de Estado na EJA, precisa acontecer de modo que o direito à educação se efetive na vida dos estudantes por meio de um alicerce fundamental, a participação. Deste modo, o respeito à tomada de decisões coletivas no ambiente escolar deve envolver a todos que dele participam. Esse processo de retorno ao conteúdo legal realizado no I Círculo de Diálogo, oportunizou aos gestores escolares lançarem olhares diferenciados sobre o texto da LDB (1996), que reafirma e amplia

os artigos constitucionais com relação ao direito a educação pública de qualidade para os jovens e adultos, a fim de provocá-los quanto à garantia do direito do estudante.

A ausência de vontade política, foi ainda exemplificada por meio da ausência de recursos materiais; da precariedade das salas de aula; da falta de apoio aos projetos por parte dos setores que deveriam prioritariamente dialogar com as escolas para juntos promoverem a educação; da burocracia para resolver as questões inerentes ao financiamento da EJA, de modo a assegurar o planejamento, entre outras situações enfrentadas pelos gestores, como se pode ver nos relatos:

Não há recurso financeiro para gerir o planejamento dos professores, pois a escola tem alguns anos sem receber o recurso correspondente a EJA e durante muito tempo nem sabíamos o porquê que isso acontecia... Então, temos que atender a EJA com o que sobra dos materiais do diurno e que muitas vezes não dá conta de suprir as necessidades da EJA, já que a realidade é distinta. (GI, 2017)

Há uma falta de cuidado com a EJA, a começar pela ausência de recursos materiais e equipamentos disponíveis para contribuir com o trabalho dos professores. Na maioria das vezes a utilização de alguns equipamentos se torna burocrática, uma vez que geralmente são recursos e equipamentos de uso do ensino regular e que nem sempre estão disponíveis para a EJA. (GVII, 2017)

A gestão municipal não se preocupa como se deve com a EJA, fala em garantir o direito, mas não se envolve de maneira a fortalecer uma relação dos setores da prefeitura com a escola, para fortalecer as ações planejadas para a EJA. (GXIV, 2017)

Os relatos dos gestores revelaram a preocupação de que a gestão não se sinta sozinha no cumprimento das responsabilidades que lhe cabem com relação à EJA, e demonstraram compreender o quanto se faz necessário estabelecer parcerias intersetoriais para empreender as ações, ter o apoio do poder público para gerir as necessidades materiais num tempo que favoreça o desenvolvimento das ações planejadas, além de obter melhores condições de insumo para desenvolver o processo ensino aprendizagem da EJA, com a qualidade necessária. Essas situações, que são desafiadoras para os gestores escolares da EJA, exigem destes sujeitos uma postura ativa e democrática no trato com as questões, fazendo da escola o que orienta Lima (2007), um espaço que procura alternativas para poder não apenas sobreviver, mas resistir e lutar contra o emaranhado de contradições e negações existentes no contexto atual e defender a prioridade de que a educação deve ser alvo.

Os desafios pontuados por 26% dos gestores, em torno da carência de

formação em EJA e dos outros 26%, que trataram como desafio a inexistência de uma proposta de EJA nos município de atuação, se observados a partir do entrelaçamento dos temas, uma vez que recaem, a nosso ver, no campo da necessidade de formação no ambiente escolar, para compreensão dos processos que acontecem na EJA, são fundamentais para a tomada de decisão quanto a construção de uma proposta viável e executável para a EJA no município. Estes desafios ainda revelaram à carência de uma formação em EJA que possa contribuir com o desenvolvimento de uma postura reflexiva e por parte do profissional, dando-lhe segurança para atuar frente às necessidades dos docentes e dos estudantes no processo ensino aprendizagem, e para que possam cumprir com o seu papel de forma consciente na mobilização das pessoas para participar das decisões coletivas. Os relatos dos gestores nos levaram a considerar que outro pesquisadora desafio que emerge no campo da formação é a mobilização para a construção de espaços formativos no ambiente escolar, uma vez que o gestor escolar precisa mobilizar os demais gestores para fazer da escola um espaço de formação de todos os sujeitos, não apenas dos estudantes e dos professores. Entendemos que a formação pensada nessa perspectiva, poderá possibilitar o envolvimento dos gestores escolares como participantes diretos em sua articulação, organização e durante todo o processo que se desenvolve na escola, sem perder de vista o compromisso com a participação dos outros sujeitos.

Sobre os estudantes mais jovens inseridos na EJA, apontados por 16% dos gestores, como desafio para a gestão devido à ausência de compromisso, os gestores consideraram que os mesmos se matriculam na EJA para após um curto período, evadirem. Relataram que estes estudantes contribuem com as suas condutas para a evasão dos estudantes mais velhos que não se sentem à vontade com a presença de alguns jovens, considerados por eles, problema na sala de aula. Evidenciaram ainda, a dificuldade de desenvolver um trabalho que contemple as expectativas dos estudantes mais jovens sem prejuízos para eles e nem para os mais velhos, já que estão inseridos no mesmo contexto, a EJA.

São os coordenadores Pedagógicos os que mais escutam os desabafos dos professores quanto à dificuldade de desenvolver um trabalho na escola que privilegie a diversidade dos estudantes, seus saberes e expectativas, assim como, são eles que diretamente estão envolvidos na tarefa de prestar assistência pedagógico-didática e orientar metodologicamente o trabalho dos professores, sem perder de vista o projeto pedagógico da escola, por isso a ênfase na necessidade que possuem de se fundamentar para desenvolver com compromisso a sua tarefa na escola.

Ficou evidente que com relação a presença dos estudantes mais jovens no noturno, há um desconforto entre a direção escolar e a coordenação pedagógica

com relação a tomada de decisão que nos pareceu ser unilateral, ou seja, com relação a essa decisão, a coordenação demonstra o entendimento de que é preciso desenvolver um trabalho diferenciado com estes estudantes, não na EJA, mas, através de uma outra proposta de trabalho que possa ser mais atrativa para estes estudantes. Já os Diretores demonstram o entendimento de que compreendem que a EJA, de fato, não parece ser a proposta mais adequada para os estudantes com 15 e 16 anos, porém não se articulam com a coordenação pedagógica do ensino regular, para juntamente com os professores pensarem num trabalho mais direcionado a este público. Diante desse contexto, percebemos que a trama educacional que emerge da realidade apresentada faz com que os estudantes sejam responsabilizados sozinhos pela dificuldade que têm para aprender, pela ausência de interesse e até desmotivação, situação considerada pelos gestores como ausência de compromisso. Mas, as declarações evidenciam que é necessário um alinhamento na tomada de decisões, a fim de que situações como as que foram apresentadas pelos gestores, não sejam fruto de decisões isoladas, demonstrando autoritarismo do diretor ao centralizar a decisão e fragilizar a relação da equipe gestora que, por fim, termina culpando o estudante sozinho, por toda a situação que concorreu para que ele esteja na EJA.

Essa realidade observada e declarada pelos gestores, nos direciona para as afirmações de Dallepiane (2006), quando traz à tona a realidade da maioria dos estudantes que adentram os espaços públicos escolares e que não são considerados em suas lutas e resistências às diversas formas de exclusão social as quais são submetidos em suas histórias de vida. Os estudantes mais jovens ao serem mencionados nesta condição pelos gestores são responsabilizados sozinhos, ainda que indiretamente, pelas suas próprias dificuldades no processo ensino aprendizagem e por sua própria exclusão do processo.

Diante desse quadro, oportunizamos a reflexão compartilhada em torno das contribuições de Gadotti (2009), ao refletir a concepção de aprendizagem sustentada pelas políticas neoliberais, que se centra na responsabilidade individual do estudante por não ter acesso à educação ou não concluir o processo de escolarização na chamada idade própria ou certa, tornando-se o principal responsável pela sua própria exclusão do processo ensino aprendizagem.

Apoiados nas ideias de Amorim (2012), dialogamos com os gestores escolares sobre a relevância de que a escola seja encarada e transformada num lugar de renovação constante, a partir da responsabilidade de todos os profissionais, que atuam tanto na gestão da sala de aula, quanto na gestão escolar, de maneira que possam contribuir com a aprendizagem dos estudantes, com sucesso e qualidade, de forma partilhada.

CONSIDERAÇÕES

As informações nos revelaram que é preciso consolidar na maioria dos municípios, uma política de formação continuada que contemple a EJA, fortalecendo o trabalho dos gestores escolares. É preciso também uma atenção às necessidades dos municípios, enquanto locais que efetivamente são responsáveis por concretizar as metas do Plano Nacional de Educação.

O objetivo com o qual nos debruçamos foi, a nosso ver, conquistado, uma vez que conseguimos realizar um levantamento dos desafios mais demarcados pelos gestores escolares da EJA, sem perder de vista as contribuições da pesquisa aplicada frente aos problemas evidenciados pelos gestores nas escolas em que atuam. Ao propiciarmos uma reflexão coletiva a partir da partilha das experiências dos gestores e da problematização das dificuldades enfrentadas, como a própria ação formativa, construída e vivenciada nos ambientes escolares, vivenciamos com eles uma metodologia que privilegiou, em todo o tempo que passamos no campo, o diálogo. Metodologia que favoreceu a investigação, a reflexão e a tomada de decisões coletivas, a qual utilizamos, por considerá-la como sendo legítima para a formação dos gestores, uma vez que todo o processo percorrido partiu da pronúncia da palavra, da verdadeira práxis do gestor escolar, à luz do pensamento Freireano (2014), da ação-reflexão, em direção a dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio. MUTIM, Avelar Bastos (Orgs). Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica. Salvador: EDUNEB, 2012.

AMORIM, Antonio. Políticas Públicas em Educação, Tecnologia e Gestão do Trabalho Docente. Salvador: EDUNEB, 2012.

ARROYO, M.G. Educação de Jovens e Adultos: Um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GOMES, N. L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; SOARES, L.(Org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1996) <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 04/01/2017.>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. PARECER CNE/CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Carlos Roberto Jamil Cury. Disponível em http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf. Último acesso em 01/06/2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em 16 de nov. 2016.

DALLEPIANE. Julieta Ida. Pedagogos da educação de jovens e adultos: Ousadia e paixão no ensinar e aprender. In: SOARES. Leôncio. Formação de Educadores de jovens e Adultos/ Org. por Leôncio Soares. – Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD - MEC/UNESCO, 2006.

DOMINGUES. Isaneide. O Coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Autonomia da escola: princípios e propostas (orgs.) -7. ed – São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. Educação de Adultos como Direito Humano. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009 (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação; 4).

GAJARDO. Marcela. Pesquisa Participante na América Latina. Tradução Tânia Pellegrini. São Paulo. Ed. Brasiliense S.A. 1986.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. Paulo Freire e a Administração Escolar: A busca de um sentido. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GUIRLING, Robert; KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 10. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LÜCK, Heloísa. Liderança em Gestão Escolar. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Série Cadernos de Gestão).

MINAYO, M. C. de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.

PARO. Vitor Henrique. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

ROMÃO, J. Eustáquio. RODRIGUES, V. Lane. Paulo Freire e a educação de adultos: teoria e práticas. São Paulo: IPF; Brasília; LiberLivro

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81

Análise dialógica do discurso 10, 11, 12, 233

Aprendizado 5, 25, 48, 70, 73, 106, 126, 127, 129, 173, 187, 220, 285

Aprendizagem 2, 5, 6, 11, 13, 15, 21, 24, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 67, 69, 71, 72, 80, 84, 87, 88, 92, 93, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 116, 118, 121, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 140, 163, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 211, 213, 214, 218, 224, 225, 227, 230, 231, 246, 256

Atividade física 98, 99, 100

Autonomia universitária 59

AVA 42

Avaliação 17, 19, 20, 22, 24, 42, 45, 46, 53, 54, 57, 72, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 149, 174, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 222, 223, 225, 230, 233, 238, 246, 248, 257, 285

Avaliação da aprendizagem 106, 112, 246

B

Biografia 19, 20, 27, 59, 63

C

Capacitação 86, 142, 143, 144, 152, 227

Cérebro 126, 127, 129, 130

CITECS 142, 143, 144, 145, 147

Cognitivo 23, 25, 126, 128, 129, 130, 215, 277

Competências 5, 45, 84, 85, 92, 96, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 124, 129, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 226, 228, 229, 230, 234, 237, 238, 240

Compreensão de leitura 246

Conhecimento 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 58, 71, 74, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 95, 103, 106, 117, 118, 119, 120, 122, 129, 133, 134, 140, 143, 147, 153, 161, 168, 178, 187, 193, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 227, 231, 234, 238, 241, 251, 256, 271, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286

Coordenação pedagógica 38, 39, 47, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 176, 228

Criatividade 6, 24, 99, 146, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 210, 218, 226

Currículo 4, 13, 29, 44, 57, 78, 83, 86, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 137, 171, 177

D

Desenvolvimento 5, 6, 11, 14, 17, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 35, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 52, 53, 55, 56, 57, 62, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 106, 107, 108, 109, 111, 117, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 134, 137, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 155, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 213, 216, 222, 226, 227, 230, 231, 243, 246, 247, 253, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 279, 287

Dialogismo 233, 234, 238, 259

E

Educação básica 4, 10, 31, 40, 42, 47, 55, 88, 89, 90, 94, 95, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 170, 187, 232, 240, 243, 287

Educação científica 95, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125

Educação criativa 171

Educação de jovens e adultos 28, 29, 34, 40, 41, 97

Educação democrática 1, 163

Educação do campo 98, 100, 158

Educação Infantil 44, 46, 47, 56, 57, 112, 130, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 167, 168, 170

Educação infantil do campo 155, 158, 161, 170

Educação musical 276, 285

Educação profissional 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97

Empreendedores 86, 142, 143, 144, 145, 147

Ensino fundamental 9, 27, 44, 46, 47, 56, 84, 88, 90, 95, 100, 102, 103, 104, 112, 117, 125, 130, 163, 177, 179, 180, 209, 211, 222, 246, 247, 257

Ensino médio integrado 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 95, 96

Escrita 12, 17, 20, 24, 26, 78, 108, 118, 120, 121, 124, 127, 132, 139, 149, 159, 177, 178, 210, 213, 217, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 235, 236, 237, 239, 248, 250, 256, 258, 259, 286

Especialização 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 151

F

Formação continuada 27, 28, 29, 31, 32, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 92, 93, 96, 136, 139

Formação de gestores 28, 91

Formação de professores 42, 44, 53, 57, 58, 73, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 114, 116, 117, 125, 224, 287

G

Gênero discursivo 233, 234, 236, 237

Gestão democrática 28, 29

H

Hábitos culturais 194, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 208

Habitus professoral 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82

Hegemonias 1, 2

História da educação 73

I

Improvisação 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274

Inclusão social 65, 71, 118, 119, 177

Iniciação científica 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 134

J

Jazz 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275

Jovens estudantes 194, 195, 198, 199, 205, 206, 207, 208

L

Leitura 11, 17, 20, 21, 22, 36, 55, 77, 108, 121, 127, 149, 159, 177, 198, 199, 206, 207, 216, 219, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 239, 240, 243, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 256, 257, 264

Lirismo 258, 262, 263

Literatura Alagoana 258, 259

M

Música popular improvisada 265, 274, 275

O

Oficinas 50, 80, 226, 228, 230

P

Pedagogia da autonomia 1, 5, 8

Pedagogia histórico-crítica 10, 11, 12, 27

Percepção 6, 18, 20, 21, 25, 66, 68, 100, 114, 122, 123, 124, 125, 149, 173, 193, 197, 220, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 286

Performance 115, 246, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 274

Poesia 24, 216, 258, 259, 260, 264

Prática esportiva 64, 65, 67, 68, 71

Práticas escolares 1, 8, 44

Práticas pedagógicas 3, 4, 42, 44, 58, 78, 169, 171, 173, 175, 176, 177, 178

Processo criativo 171, 172, 173, 176, 177

Produção textual 227, 228, 230, 231, 233, 234, 237, 244, 245, 256

Psicanálise 131, 132, 135, 136, 137, 139, 141

R

Redemocratização 59, 60

Reescrita 24, 226, 228, 231

S

Saúde 33, 41, 62, 68, 98, 99, 100, 101, 109, 116, 124, 132, 135, 136, 139, 152, 162, 213, 214, 272

Storytelling 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

T

Teste *cloze* 246, 248, 249, 254, 257

TIC 42, 43, 44, 45, 55, 57

Trajetórias escolares 114

V

Vínculos sociais 155

Voleibol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 